

## 4. Que história é essa?

### 4.1. Cultura Histórica e noção de temporalidade.

Analisando a categoria de cultura histórica é possível perceber, com o que foi trabalhado no capítulo anterior, que um conjunto de temas e representações do passado eram, ainda que de maneiras diferentes, compartilhados pelos autores de livros de leitura do início do século XX. Entretanto, a categoria cultura histórica - pensada como a forma concreta e peculiar pela qual uma sociedade se relaciona com o passado<sup>1</sup> - não se restringe apenas às representações e usos do passado feitos por autores de um determinado contexto histórico. Para Le Goff,

A cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores.<sup>2</sup>

Assim, o sentido dado às suas narrativas e as diferentes concepções e percepções de tempo dos autores, historiadores ou não, também são elementos que compõe a cultura histórica de uma sociedade. A concepção de tempo dos homens contribui para a forma como eles se relacionam com o passado e com a memória, determinando assim a cultura histórica de uma época, ou como tratamos no início dessa dissertação, a concepção de tempo dos autores restringe ou amplia as possibilidades de relações que um autor pode estabelecer com o passado. No presente capítulo procuro, a partir das obras analisadas e do debate teórico existente sobre o tema, caracterizar as concepções de tempo utilizadas pelos autores e pensar o quanto elas influem no tipo de narrativa que eles constroem.

Para pensar as diferentes concepções de tempo existentes nos livros de leitura é necessário considerar alguns pontos do debate teórico acerca do tema. O historiador alemão Reinhart Koselleck, ao tratar do processo de dissolução do velho topos da história - “*Historia magistra vitae*” – na chamada “história moderna em movimento”<sup>3</sup>, nos leva a pensar na existência de dois conceitos de história, um antigo e outro moderno. Ao tratar desse tema ele argumenta que o velho topos teve uma vida longa desde a antiguidade e que na época moderna ele

---

<sup>1</sup> Ver, RÜSEN, Jörn. Op. Cit. p. 12.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jaques. Memória-História. Pág. 181.

<sup>3</sup> KOSELLECK, Reinhart. “*Historia Magistra Vitae: Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento.*” In.: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.*

teria se diluído na história em movimento. Entretanto, essa diluição não o teria feito desaparecer completamente. Para entendermos como isso se deu e a importância para as obras que analiso, vejamos o que Koselleck chama de velho topos e história moderna em movimento.

O velho topos é caracterizado, segundo Koselleck, pela expressão “*historia magistra vitae*”, cunhada pelo orador romano Cícero, que emprega um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, com conteúdo perene, duradouro, é uma história dirigida à prática, uma coleção de exemplos para instruir por meio dela. Essa concepção era compartilhada por historiadores da antiguidade como Tucídides cuja história tinha a função de permitir os homens conhecerem os futuros casos semelhantes. Esse topos, prossegue Koselleck, se impôs com bastante vigor no Renascimento no século XVI, ele exemplifica isso citando Maquiavel que afirmava que não deveria apenas admirar os antigos, mas também imitá-los. O velho topos, assim, pode ser caracterizado pelo caráter pedagógico da história, com um aspecto prático e instrutivo para que os homens do presente, a partir dos exemplos do passado possam agir melhor no futuro.

Segundo Koselleck,

A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos.<sup>4</sup>

Ou seja, para que o passado sirva de instrução para os homens do presente é necessário que os pressupostos desses dois tempos sejam similares.

Para o autor, o esvaziamento do velho topos não se fez pelo Iluminismo que também se servia dos seus ensinamentos. Ele ocorreu na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado, presente e futuro. Foi a “história em si”, que abriu um novo espaço de experiência. A nova história adquiriu qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos tomaram lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplar.

Koselleck argumenta que o processo de diluição do topos se deu no espaço de língua alemã a partir do deslocamento lexical de substituição do termo “*Historie*” - relato, narrativa do que aconteceu - por “*Geschichte*” - acontecimento em si, uma série de ações cometidas ou sofridas. A *geschichte* como

---

<sup>4</sup> Idem. p. 43.

acontecimento único, ou como complexo de acontecimentos não seria capaz de instruir, ela só pode expressar a si mesma. A partir da história só se pode aprender a própria história, ela passaria a ter um caráter singular e inédito.

Outro elemento que levou a diluição do velho topos, segundo Koselleck, foi a emergência do conceito de filosofia da história. No final do século XVIII houve uma proliferação de histórias conjecturais, hipotéticas e presuntivas, destruindo a ideia do caráter modelar dos acontecimentos passados e no lugar disso passaram a buscar a singularidade dos processos históricos e a sua progressão.<sup>5</sup>

Dentro desse processo Koselleck argumenta que a filosofia da história construiu uma temporalização da história que se distancia da cronologia natural, que até o século XVIII asseguravam a sequência e o cálculo dos eventos históricos a partir dos movimentos das estrelas e a sequência natural dos governantes. A filosofia da história estabelece um tempo determinado exclusivamente pela história, orientado pela cronologia e que tem como categoria essencial o progresso. O novo conceito de história como *Geschichte* e a filosofia da história alterariam assim a percepção da relação entre futuro e passado.

A supremacia da história como *Geschichte*, que coincide, paradoxalmente com a sua capacidade de realização, oferece à nossa compreensão dois aspectos do mesmo fenômeno. Se o futuro da história moderna abre-se para o desconhecido e, ao mesmo tempo, torna-se planejável, então ele tem que ser planejado. A cada novo plano, introduz-se um novo elemento que não pode ser objeto da experiência. O aspecto arbitrário da história cresce paralelamente à sua capacidade de realização. Um sustenta a outra a vice-versa. Ambos compartilham da destruição do espaço tradicional da experiência, o qual, até então, parecia ser determinado a partir do passado.<sup>6</sup>

Assim, o conceito de história enquanto *Geschichte* e a filosofia da história estabelecem uma nova relação entre passado, presente e futuro. Reconhecendo que cada fenômeno ocorre apenas uma vez, não é possível a partir do conhecimento da experiência de acontecimentos passados antever o futuro. Em outras palavras, o passado deixa de lançar luz sobre o futuro, e é justamente por esse motivo que torna-se necessário planeja-lo, já que ele não se faz a partir de experiências conhecidas.

Outra pensadora que trabalha de forma semelhante essa diferenciação entre um conceito antigo e moderno de história é Hanna Arendt. Para diferenciar o

---

<sup>5</sup> Idem. p. 54.

<sup>6</sup> Idem. p. 57.

conceito antigo e moderno de história a autora dá destaque para a ideia de processo. Para ela na historiografia antiga a lição de cada evento, feito ou ocorrência revelava-se em e por si mesma, não necessitava de um processo para se tornar significativo, pois o particular possui sentido em si, independente do geral.<sup>7</sup>

Já no conceito moderno de história a noção de processo histórico se torna central e dá importância e dignidade à sequência temporal. Arendt defende que a ênfase moderna no tempo e na sequência temporal tem sua origem na tradição hebraico cristã, com o seu conceito de tempo retilinear. A autora afirma que o sistema cronológico antes de Cristo e depois de Cristo contribui para a formação da ideia de um passado infinito e ao mesmo tempo que se prolonga num futuro também infinito. Consequentemente elimina todas as noções de início e de fim.<sup>8</sup>

Importante destacar das reflexões desses dois autores é que ambos pensam a diferença entre um conceito antigo e moderno de história. Por caminhos distintos eles analisam as diferenças dessas duas concepções. Dessas análises podemos dizer que os autores chegam a um denominador comum: no conceito moderno de história há uma separação e diferenciação entre passado, presente e futuro, em outras palavras, o aumento da distância entre essas temporalidades. Abrindo para um horizonte de futuro indefinido e colocando todo o passado dentro um processo linear. Assim, o passado passa a não servir mais exemplarmente para o presente e a noção de um futuro inédito coloca a necessidade de planejamento deste futuro. Entretanto, isso não significa que a história perca seu caráter pedagógico, no moderno conceito de história é possível aprender pelo sentido da história, isto é, pelo encadeamento dos acontecimentos.

Os livros de leitura do início do século XX analisados no presente trabalho, possuem um caráter eminentemente pedagógico, ou seja, a história é utilizada pragmaticamente para ensinar algo aos seus jovens leitores. A análise que faço a seguir busco pensar em que medida estão presente os dois conceitos de história – antigo e moderno – e como a concepção de tempo utilizada pelos autores colabora para a constituição de uma cultura histórica no período.

O primeiro ponto a ser destacado, é que nas três obras em que trabalho a narrativa se dá numa temporalidade diacrônica, onde os eventos se sucedem progressivamente e há sempre uma relação de causa / consequência entre os

---

<sup>7</sup> Hanna Arendt, p. 96.

<sup>8</sup> Idem. pp. 97-101.

eventos do passado até chegar no presente. A ideia de processo histórico para explicar os acontecimentos do passado aparece nas três obras.

Na obra *A Pátria Brasileira* de Olavo Bilac e Coelho Netto, esse sentido diacrônico do tempo fica claro se olharmos para a própria ordenação dos capítulos e eventos narrados. Nesse sentido os autores começam a obra narrando a expansão marítima portuguesa e a descoberta da América para só depois tratar do descobrimento do Brasil. Um exemplo da relação de causa / consequência que aparece nessa obra é a relação que se estabelece no capítulo sobre a opressão da Coroa portuguesa e o seguinte que trata da revolta de Felipe dos Santos em Vila Rica. Essa revolta é colocada como uma consequência direta da forma pela qual a Coroa lidava com os colonos, sendo um primeiro ato contrário ao poder arbitrário do domínio português. Assim, só é possível compreender a revolta de Felipe dos Santos quando colocada dentro do processo histórico que tem como antecedente a opressão da Coroa.

Outro exemplo dessa relação de causa / consequência que pode ser retirado da obra de Bilac e Netto é a ligação existente entre os capítulos - “Os Paulistas” e “Amador Bueno” – que aparecem em sequência na obra. No primeiro os autores destacam a importância dos paulistas para a ocupação do interior e a organização dos sertanejos paulistas para cativar os indígenas. Outro ponto destacado na figura dos paulistas é a sua independência diante das leis e aumento do seu prestígio diante inclusive dos reis de Portugal. No capítulo seguinte os autores iniciam apresentando a decisão do Papa Urbano VIII de que todos que cativassem indígenas seriam excomungados e como isso gerou uma agitação entre os paulistas que possuíam interesses ligados a esse comércio. Somando-se a esse evento chegou a notícia da aclamação de D. João IV a rei de Portugal segundo os autores, esse teria sido o pretexto para a explosão do descontentamento que crescia entre os paulistas e levou-os a aclamarem Amador Bueno seu rei. Para chegar a esse evento os autores apresentam uma série de causas: espírito independente dos paulistas, restrições a escravização dos indígenas, aclamação de D. João IV rei de Portugal. Essas causas são construídas dentro de um processo histórico que se inicia no momento em que os paulistas saem em direção ao interior.

Na obra de Rocha Pombo, *Nossa Pátria*, esse sentido diacrônico e retilinear do tempo também aparece de maneira bem clara. Excetuando os quatro

primeiros capítulos da obra, cujo teor de culto a pátria se sobressai da narrativa histórica, o autor mantém na organização do livro uma ordenação dos eventos que vai da expansão marítima portuguesa até o governo da República e propõe no final do livro pensar o que é o Brasil do presente.

Pode-se perceber uma narrativa linear na obra de Rocha Pombo se pegarmos como exemplo os capítulos que tratam da administração portuguesa na América. O primeiro capítulo que trata do tema intitula-se: “Como se começou a fazer o governo da colônia”. Nele o autor faz uma breve apresentação das medidas adotadas por Portugal para administrar as terras do Brasil, citam a utilização das capitânicas, a implementação do governo geral, a criação dos cargos de Ouvidor, Provedor e Capitão-mor e a vinda de muitos religiosos, entre eles o primeiro Bispo do Brasil. No final do capítulo ele cita os principais feitos dos primeiros governadores gerais destacando Mem de Sá, que teria prestado “grandes serviços ao Brasil”. Depois dele o autor destaca que vieram outros governadores, até que se fizesse a independência do Brasil.

No segundo capítulo que trata do governo português no Brasil – “Como o rei de Portugal governava o Brasil”. Nesse capítulo é dado ênfase na injustiça praticada pelo Rei ao impor leis rígidas que mantivessem os colonos obedientes, ao retirar do Brasil mais recursos que de Portugal e ao obrigar os colonos a grandes sacrifícios como a proibição da produção de gêneros produzidos por Portugal para obrigar os colonos a comprar os produtos que vinham de Coroa. No capítulo seguinte – “Os impostos e os abusos” – o autor continua apresentando as injustiças praticadas pela Coroa portuguesa no governo do Brasil a partir das práticas abusivas da cobrança de impostos.

As consequências imediatas dessas práticas aparecem no capítulo seguinte – “Como os colonos foram se ressentindo do rei”. Na sequência dos acontecimentos narrados no texto os brasileiros teriam enriquecido e tornaram-se mais fortes com o tempo, isso fez com que o rei aumentasse em todas as capitânicas as forças militares para manter com o uso da força a obediência dos colonos. Como resultado disso os colonos mostraram o seu ressentimento com o rei. Então, após a apresentação de todo esse contexto de abusos da administração portuguesa na América, Rocha Pombo narra nos três capítulos seguintes as lutas

dos colonos contra os abusos da metrópole. São destacadas as revoltas de Felipe dos Santos em Vila Rica e a Conjuração Mineira.<sup>9</sup>

Assim, é possível perceber na narrativa de Rocha Pombo que há uma evolução da administração portuguesa na América, no primeiro momento ele destaca que alguns governantes fizeram muitas contribuições para o Brasil, mas num momento mais adiantado da narrativa, essa mesma administração começa a trazer malefícios para os colonos na medida em que os mantinham com liberdades restritas e eram praticados abusos por parte da Coroa. A consequência imediata disso tudo teria sido a percepção dos colonos de que não era possível continuar mantendo esses vínculos com a Coroa portuguesa. Ou seja, uma das causas da luta pela liberdade e independência do Brasil foi a opressão praticada pelo governo português.

A única obra que foge um pouco dessa relação diacrônica é *Minha Terra e Minha Gente* de Afrânio Peixoto. Nela o autor organiza os eventos da narrativa diferente dos demais autores. Como já foi apresentado anteriormente, essa obra está organizada em três partes diferentes – “As Origens”; “A Formação Nacional”; e “Da emancipação política para a econômica”. Embora haja uma relação claramente diacrônica entre essas três partes, começando pelas origens do Brasil, na qual o autor remete a elementos da civilização heleno-latina, a moral cristã e aspectos da cultura de Portugal, passando pela segunda parte onde narra a ocupação e formação do território brasileiro e terminando na terceira parte com o processo de emancipação político e em seguida com o econômico, esse último marcado pela incompletude, o autor dá espaço, dentro de cada uma dessas partes, para tratar de determinados temas onde cada um possui sua própria temporalidade e não tem uma relação de causa e consequência direta com os temas narrados anteriormente.

Como exemplo disso podemos citar os temas que são tratados na segunda parte do livro, no capítulo três - “O Governo colonial: a defesa contra os estrangeiros e a conquista do sertão” – e quatro – “A colonização do Brasil: trabalho escravo e trabalho livre”. Esses dois temas são seguidos na organização da obra, entretanto, eles não se relacionam por uma sequência cronológica linear.

---

<sup>9</sup> Os capítulos aqui tratados são: XII – Como se começou a fazer o governo da colônia; XXVI – Como o rei de Portugal governava o Brasil; XXVII – Os impostos e os abusos; XXVIII – Como os colonos foram-se ressentindo do rei; XXIX – Como os colonos mostraram os seus ressentimentos; XXX – Ainda outros males; XXXI – Não era possível continuar.

A diacronia aparece dentro de cada um separadamente. No primeiro caso o autor organiza cronologicamente a cobiça dos estrangeiros pela terra brasileira entre os séculos XVI e XVII e termina com a “conquista do sertão” entre os séculos XVII e XVIII. No capítulo seguinte o autor muda a temática e passa a tratar da questão do trabalho, com ele volta temporalmente para o início da ocupação do território no século XVI, apresenta a dificuldade de Portugal em povoar o território brasileiro devido a sua baixa densidade populacional, a tentativa de “fixar os índios em aldeias e lavouras”<sup>10</sup>, a introdução da escravidão negra no Brasil no século XVI e prossegue o capítulo tratando da importância do trabalho escravo para a construção do país. Em seguida trata do processo que levou ao fim da escravidão no Brasil no século XIX. Para fechar o capítulo, Afrânio Peixoto aborda o tema do trabalho livre e a entrada de imigrante no Brasil a partir do século XIX até o XX.

Desses exemplos da obra de Afrânio Peixoto podemos concluir que o autor não se prende a uma narrativa estritamente linear dos eventos, ele prefere organizar sua obra por temas sem que exista uma relação temporal linear entre eles. A diacronia aparece separadamente dentro de cada um desses temas e reforça a ideia de processo histórico. Nesse sentido, podemos dizer que embora o eixo da narrativa seja temático, o aspecto linear e processual da história serve de direcionamento para explicar cada tema e para dar sentido a eles separadamente.

A concepção diacrônica da narrativa das obras, embora com suas diferenças já destacadas, acaba por contribuir com a ideia de que o passado, o presente e o futuro são tempos distintos. Em cada uma dessas narrativas é possível perceber diferentes elementos ou eixos de ligação entre as temporalidades, permitindo compreender o passado como um momento distinto e ao mesmo tempo construtor do presente.

Na obra *A Pátria Brasileira* é possível identificar como elemento central do processo histórico a ideia de liberdade. O que teria impulsionado a história da pátria desde sua origem foi a luta pela liberdade contra a opressão. O passado se diferencia do presente justamente pela ausência dela. Na obra de Afrânio Peixoto o eixo impulsionador do processo é a ideia de civilização e como que a formação da pátria brasileira acaba sendo norteadada pela sua inserção na civilização

---

<sup>10</sup> PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 115. O autor nesse caso não utiliza o termo escravidão para os indígenas.

ocidental. Em *Nossa Pátria* de Rocha Pombo o autor destaca como eixo de diferenciação e ligação entre o passado e o presente os avanços materiais e os progressos da civilização vividos durante a formação da pátria. Com essa noção linear do tempo é possível perceber rupturas e continuidades em todas as obras. Farei a seguir uma análise de como se dá a relação entre o passado e presente nas obras a partir desses eixos que servem simultaneamente para ligação e para a diferenciação entre o passado e presente.

Na obra de Olavo Bilac e Coelho Netto é possível perceber em diferentes momentos da narrativa sobre o passado que a liberdade, ou a luta por ela, é um aspecto que perpassa toda a história da pátria brasileira, desde o período colonial à Proclamação da República. A própria República aparece como um desejo antigo da sociedade brasileira. Logo após narrarem os acontecimentos da proclamação os autores fazem a seguinte afirmação: “a República foi feita pacificamente: o povo recebeu-a como a realização de uma esperança antiga.”<sup>11</sup> A República, como veremos a seguir, é ligada à ideia de liberdade em diferentes momentos da obra. Ao colocarem ela como um desejo antigo da população os autores estão projetando esse acontecimento de seu presente num processo que se constrói no decorrer dos séculos.

O primeiro momento em que a liberdade aparece como uma causa importante é na narrativa sobre a formação do quilombo de Palmares. Segundo os autores, um dos fatores que teriam levado os negros a desertarem das fazendas era “o incentivo forte da ideia de liberdade.” Os negros que passaram a viver em absoluta independência nas matas foram aos poucos se organizando, elegeram um chefe e criaram leis, tornando o seu povoado uma república. Nessa passagem sobre o quilombo dá para perceber o que os autores estão compreendendo como liberdade, ela se diferencia da “absoluta independência, sem lei nem senhor” que os negros fugidos das fazendas viveram num primeiro momento. A liberdade existente na República é uma liberdade dentro da lei, com a existência de uma figura de liderança. Para concluir o capítulo os autores escrevem o seguinte: “Não foi, todavia, completada a destruição porque eterna ficou a memória dessa esforçada luta pela liberdade.”<sup>12</sup> Assim, o quilombo dos Palmares é apresentado

---

<sup>11</sup> BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 281.

<sup>12</sup> Idem. pp. 151-154.

como uma lição de luta pela liberdade, como uma organização republicana dos negros, como uma semente do que viria germinar no Brasil futuramente.

Outra semente do ideal de liberdade aparece na revolta de Felipe dos Santos, após tratar do sacrifício desse personagem na luta contra a opressão e violência praticada pela Coroa portuguesa. Os autores concluem o capítulo da seguinte forma: “Daí a poucos anos, tinha de aparecer, na mesma terra, outro herói: a causa da liberdade nacional precisava de mais sangue.”<sup>13</sup> Nesse trecho os autores relacionam a continuidade da luta de Felipe dos Santos com a de Tiradentes que seria tratada mais adiante. Ambas as lutas seriam contra a tirania e a opressão.

Na luta de Tiradentes a liberdade aparece como a luta pela independência da pátria. No capítulo sobre o martírio de Tiradentes os autores fazem a seguinte conclusão:

Mas as gotas de sangue do herói não caíram em terreno estéril, porque a árvore de sacrifício se fez árvore de redenção, e a República é o fruto da semente de martírio lançada à terra nessa manhã de abril.<sup>14</sup>

É interessante perceber como que a liberdade aparece como uma importante causa nacional, um elemento contínuo na história do Brasil. No trecho acima a República é colocada como uma continuidade dessas lutas coloniais contra a opressão em defesa da liberdade e independência da pátria, ela seria o principal fruto dessas lutas.

A marcha da liberdade continua na narrativa Bilac e Netto quando eles tratam do movimento de 1817 em Pernambuco. Esse movimento, segundo os autores serviria, assim como os outros, como adubo para “rebentar árvore da liberdade”. Porém, o que mais chama a atenção nesse acontecimento é a relação que os autores, mais uma vez, estabelecem entre liberdade e República:

Um negociante brasileiro, Domingos José Martins, trouxera da Europa, onde fora educado, o amor dos princípios liberais. Toda a gente moça de Pernambuco o ouvia e aplaudia, quando ele, em comícios ou baquetes, falava desse novo ideal de governo livre, - o povo, livre de senhores que só podia invocar em favor de seu direito um mero acidente de nascimento, e governando-se a si mesmo, por meio de eleitos seus, saídos do seu seio.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Idem. p. 180.

<sup>14</sup> Idem. p. 202.

<sup>15</sup> Idem. p. 221.

Esse trecho escrito logo no segundo parágrafo do capítulo sobre o movimento de 1817 contextualiza os ideais defendidos pelos homens envolvidos, que em determinado momento proclamaram a república como forma de governo e foram duramente reprimidos pelo governo de D. João VI.

Outro movimento em que a luta pela liberdade aparece como constitutiva da história da pátria é na revolta dos Farrapos no Rio Grande do Sul. Antes de tratar do movimento propriamente dito, os autores dedicam um capítulo inteiro para caracterizar o gaúcho, esse que segundo eles seria o “livre dominador do pampa brasileiro”, defensores da liberdade e dos oprimidos contra qualquer forma de opressão e escravidão. Após fazer essa caracterização do gaúcho os autores seguem narrando a luta dos farrapos contra as forças imperiais. Por duas vezes os autores destacam que o motivo da luta e de tanto sacrifício por parte do gaúcho tinha sido a luta pela liberdade do Rio Grande do Sul, onde, durante o movimento eles tinham fundado a sua República.

Por fim, o caminho da liberdade construído no decorrer do livro iria desembocar na Proclamação República, mas para isso era necessário acabar com a última marca da opressão que se lutou durante séculos. Se os autores trataram do quilombo dos Palmares como o primeiro momento em que aparece a luta pela liberdade é a abolição da escravidão o último movimento para se chegar à República. No capítulo sobre a abolição os autores fazem a seguinte conclusão: “Cessaram o tormento secular de uma raça; e a pátria, celebrando essa festa pascoal, parecia que se preparava, com uma purificação, para receber dignamente a República.”<sup>16</sup> Assim, a Abolição da escravidão e a República aparecem como o ponto final dessa luta pela liberdade contra a opressão que perdurou pelos quase quatro séculos de história da pátria.

Para finalizar a marcha da liberdade e junto com ela a narrativa histórica do livro, os autores narram no último capítulo a Proclamação da República. O movimento é destacado a partir da iniciativa dos militares e teria sido visto pela população da Corte com relativa surpresa, entretanto, tratava-se de uma esperança antiga. Vejamos como os autores concluem o capítulo sobre o 15 de Novembro:

“Dias depois embarcava para o estrangeiro a família do último monarca. Como a Abolição, a República foi feita pacificamente: o povo recebeu-a como a realização de uma esperança antiga.

---

<sup>16</sup> Idem. p. 277.

A República começou sob magníficos auspícios; e, para que ela se torne grande e forte, urge que todos os que nascerem à sombra do seu pavilhão glorioso, num esforço comum e patriótico, trabalhem pela sua prosperidade, e não se recusem a defendê-la, no momento em que acenando aos filhos, ela lhes pedir o sacrifício supremo do sangue.<sup>17</sup>

Eles começam aproximando a República da Abolição como dois movimentos que ocorreram de forma pacífica. Importante destacar que esses movimentos são aproximados no momento final da obra como os resultados gerais da conquista da liberdade. O segundo ponto em que se aproximam é que em ambos o povo recebeu como uma esperança antiga. Nesse sentido os autores tratam diretamente da relação com o tempo, ou seja, a liberdade que esses movimentos geraram já vinha sendo construída no decorrer do processo histórico. No último parágrafo os autores encerram o livro com a lição e uma convocação às novas gerações: caberia a ela a missão de manter tal liberdade e tornar a República próspera, mesmo que para isso sejam necessários mais sacrifícios de sangue.

Se na obra *A Pátria Brasileira* é a liberdade enquanto luta contra a opressão que serve de eixo para a narrativa cronológica da história do Brasil, na obra *Minha Terra e Minha Gente*, Afrânio Peixoto, faz uso do conceito de civilização para pensar o passado, o presente e o futuro do Brasil. É esse conceito que serve de eixo e motor da história para a narrativa do autor. Assim, ele dedica a maior parte do seu primeiro capítulo para tratar da civilização heleno-latina, pois, segundo ele: “A civilização que recebemos de Portugal é de origem heleno-latina.”<sup>18</sup>

Antes de tratar dos aspectos dessa civilização que, segundo o autor, os brasileiros teriam herdado dos portugueses, Afrânio Peixoto define o que seria civilização:

“Civilização é a educação do povo, que lhe permite desenvolver e aplicar a inteligência – revelar-se por costumes decentes e hábitos moderados, - com as ciências e artes encantar a vida, - pela lavoura, indústria, e comércio torna-la fácil, confortável e próspera.”<sup>19</sup>

Para ele civilização está ligado ao desenvolvimento material de um povo que se expressa pelos seus costumes e hábitos. Isso já diz um pouco do tipo de

---

<sup>17</sup> Idem. p. 281-282.

<sup>18</sup> PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. P. 11.

<sup>19</sup> Idem. p. 11.

história que ele irá narrar no restante do livro, voltada para o progresso dos aspectos materiais e para os costumes da sociedade.

Após definir o que é civilização e apresentar alguns aspectos da civilização Heleno-latina, o autor começa, na segunda parte da obra, a narrativa da história brasileira. Logo nas primeiras páginas dessa parte do livro Peixoto destaca os desafios que os portugueses tiveram para a formação da “Civilização do Brasil” – cultivo das terras, extração das riquezas, caminho do tráfico, “catequese e colonização dos selvagens.” Esses são os temas destacados pelo autor nos primeiros momentos da ocupação portuguesa no Brasil. Se observarmos a narrativa que ele constrói nessa parte do livro podemos dizer que se trata de uma história dos progressos materiais do Brasil, passa por todo o processo de ocupação do território, do litoral ao interior, destaca as atividades econômicas e o desenvolvimento de povoados. No último capítulo, na qual ele trata da maioria do Brasil, é destacado o desenvolvimento do comércio e das indústrias e a colaboração dos estrangeiros no progresso do Brasil. Interessante que desses estrangeiros ele destaca apenas a figura de europeus, tanto os homens ilustres, quantos três milhões que teriam entrado desde 1808 como força de trabalho.

Há na obra de Afrânio Peixoto uma preferência por tratar dos aspectos materiais, voltados para o desenvolvimento das atividades econômicas no Brasil. Isso fica claro quando o autor decide tratar em dois capítulos da segunda parte de sua obra, justamente aquela onde ele desenvolve a narrativa da história do Brasil, para tratar de aspectos econômicos como relações de trabalho - “A colonização do Brasil: trabalho escravo e trabalho livre” - e as atividades econômicas que se desenvolvem aqui no terceiro século de colonização – “A maioria do Brasil: franquias de comércio e indústrias. Colaboração de estrangeiros.”<sup>20</sup>

Entretanto, o desenvolvimento daquilo que Afrânio Peixoto está chamando de civilização não parece apenas nos aspectos material e nas atividades econômicas. A civilização, como disse o autor se expressa pela ciência e pelas artes de um povo. É nesse sentido que ele dedica o quarto capítulo inteiro da primeira parte do livro para tratar da obra *Os Lusíadas* de Camões e o quinto capítulo dessa mesma parte para tratar da língua portuguesa. Nesse quinto capítulo ele inicia apresentando as origens a língua portuguesa, apresenta os principais

---

<sup>20</sup> Títulos dos capítulos IV e V da segunda parte do livro intitulada “A formação do Brasil.”

expoentes da literatura de língua portuguesa e termina com uma reflexão referente ao futuro da mesma. Nessa reflexão o autor destaca o papel que os brasileiros possivelmente teriam no desenvolvimento e aperfeiçoamento da língua. Com os brasileiros, a língua portuguesa seria falada por um grupo amplo de pessoas e, a partir de exemplos como José de Alencar, Gonçalves Dias e Machado de Assis, ele arrisca dizer que os brasileiros honrariam e tornariam gloriosa a língua portuguesa.<sup>21</sup>

Rocha Pombo também narra uma história marcada pelos progressos materiais da civilização. São os elementos materiais, que na obra aparecem em constante melhoramento, um dos fatores que marcariam a diferença entre passado e presente. Após narrar o processo de ocupação do território e apresentar como era a vida dos primeiros colonos, Rocha Pombo escreve um capítulo intitulado “Tempos que passam”. Nele o autor busca traçar as principais diferenças entre as condições de vida dos primeiros homens que viveram na colônia com o seu presente e o de seus leitores. Para traçar essas diferenças o autor destaca sempre a ausência de bens e serviços do período colonial: entre as vilas quase não havia relações, não havia meios fáceis de transporte como o carro e estradas de ferro, não havia telégrafo, correios, jornais, o papel para a escrita era muito caro e não se conheciam penas de metal. Todos os elementos destacados pelo autor para traçar a diferença entre passado e presente são referentes às dificuldades de transporte e comunicação que existia na vida dos homens do passado, o acesso a determinados bens materiais é que marcaria a diferença entre os tempos.

Após apresentar essas diferenças, Rocha Pombo conclui o capítulo da seguinte forma:

Pode-se, pois, fazer uma ideia do modo como viviam por aqui os nossos avós.  
Felizmente, esses tempos passaram.  
Só lamentamos que, tendo trabalhado tanto pelo nosso bem, os nossos antepassados não fossem tão felizes como nós.  
É por isso que devemos admirá-los cada vez mais.  
Poder-se-ia dizer que eles aqui viveram de noite e que nós estamos vivendo de dia.<sup>22</sup>

Nessa conclusão podemos perceber que o autor realça duas coisas em relação as diferenças entre o presente e o passado. Primeiro que as condições materiais garantem um presente superior ao passado, na medida em que

---

<sup>21</sup> Idem. p. 69.

<sup>22</sup> POMBO, Rocha. p. 53.

proporciona mais felicidade aos homens e menos sacrifícios. Segundo que as dificuldades e sacrifícios vivenciados pelos homens do passado devem ser admiradas pelas novas gerações.

Passando das dificuldades acentuadas no período colonial para o Império, Rocha Pombo apresenta a maneira pela qual muitos dos avanços materiais e serviços destacados acima entraram no Brasil durante o Segundo Reinado. Logo após tratar da guerra no Paraguai, o autor dedica um capítulo para tratar dos “Progressos do Brasil”. Ele começa defendendo que só depois da guerra é que o governo teve sossego para cuidar de alguns “melhoramentos”, entre eles o autor destaca: construção de estradas de ferro, o telégrafo, a navegação a vapor, os correios, o estabelecimento de fábricas, oficinas, plantações de café e cana-de-açúcar, iluminação a gás, calçamento, água encanada nas vilas, construção de linhas de bonde. Todos esses melhoramentos já tinham sido citados anteriormente pela sua ausência no período colonial. Após fazer essa apresentação o autor conclui o capítulo com a seguinte frase: “O Brasil, pode-se dizer, passava a ser agora um dos países civilizados do mundo.”<sup>23</sup> Essa frase dentro do contexto em que foi utilizada deixa transparecer uma concepção de civilização semelhante a defendida por Afrânio Peixoto, marcada pelos avanços materiais.

Somado a esses “progressos” técnicos e materiais, Rocha Pombo dedica os dois capítulos seguintes para tratar das letras, artes e ciências no Brasil e mostra como elas se desenvolveram nesse mesmo período. Caminhando junto a isso tudo ele apresenta as “Grandes reformas”, um conjunto de mudanças vivenciadas pelo Brasil no final do século XIX, como os investimentos na instrução pública, a criação do registro e casamento civil e, para ele a maior de todas as reformas, as leis referentes à libertação dos escravos.

Ao analisar todos esses “progressos” que foram apresentados em *Nossa Pátria*, Rocha Pombo conclui que ao olhar para o passado é possível perceber que “nunca cessou o esforço de criar aqui uma civilização que faz honra ao continente americano. E esse esforço continua”<sup>24</sup>. Assim, para o autor, todo o trabalho e o progresso que se vê na história do Brasil criou uma civilização. Dessa forma a história da pátria é também a história de construção de uma civilização que deve ser continuada pelas novas gerações. Essa ideia da incompletude e continuidade

---

<sup>23</sup> Idem. p. 123.

<sup>24</sup> Idem. p. 144.

da civilização é um ponto que faz a ligação entre o passado, o presente e o futuro. Ao mesmo tempo é no processo de construção dessa civilização que se pode perceber a diferença entre o passado e o presente, permitindo assim uma narrativa diacrônica do passado.

Interessante notar que nas três obras eles fazem uma análise evolutiva do processo histórico. A partir de um dado existente no presente - civilização ou liberdade - eles se voltam ao passado para narrar o processo de construção desses elementos. Sendo o passado carente de tais elementos ou os tendo de forma precária é possível perceber a existência de duas ideias: primeiro, o presente é superior ao passado, no momento histórico em que eles vivem é possível desfrutar de condições melhores que de outrora; segundo, para tê-los no presente foi necessário muitas lutas e conquistas dos homens do passado. Tais lutas e conquistas deveriam ser admiradas e servir de inspiração para as novas gerações.

#### **4.2. É uma história pedagógica?**

As obras analisadas possuem uma narrativa diacrônica do passado, na qual são destacadas as diferenças entre o passado - marcado pela ausência seja de liberdade ou de civilização – e o presente, onde se vive a conquista desses elementos após um processo que levou séculos de construção. Essa diferença entre passado e presente aparece nos três casos com um sentido qualitativo: o presente é superior ao passado. Partindo dessa hipótese que pode ser levantada da leitura das obras, em que medida o passado, apresentado como inferior pode servir de lição para as novas gerações? Em outras palavras, é possível esse passado lançar luz sobre o futuro?

Se voltarmos para a concepção de “*historia magistra vitae*” apresentada por Koseleck como o velho topos da história, podemos concluir rapidamente que, por estarem mais próximos do moderno conceito de história, as narrativas empreendidas pelos autores de nada servem para orientar seus leitores no presente. Sendo assim um objetivo dos autores de livro de leitura – formar as novas gerações – não poderia ser cumprido pela utilização do conhecimento histórico. Entretanto, na história moderna não há uma negação do caráter pedagógico da história, há sim uma mudança no sentido do pedagógico. Se no conceito antigo de história ela se estabelece pela exemplaridade e comportamento

dos homens de outrora, no moderno ela se estabelece na sucessão dos acontecimentos históricos. Defendo que ambas as concepções aparecem nos livros de leitura.

O passado em si serve de ensinamento para os homens do presente, pois mostram toda a grandiosidade da pátria seja por seus aspectos naturais ou pelos grandes feitos dos homens do passado, que carrega, como diriam alguns autores do período, uma lição de amor e respeito à pátria.

Antes de prosseguir a reflexão a respeito do possível uso exemplar da história para os leitores dos livros de leitura é importante destacar uma diferença entre essas obras e a disciplina de história. Importante ressaltar que os livros de leitura do período possuem um compromisso com a educação moral e cívica e na maioria dos casos a história é subordinada a esse propósito. Patrícia Hansen, defende isso de forma bem clara em sua tese ao afirmar que nos livros de leitura a história

subordinava-se diretamente aos objetivos dos projetos cívico-pedagógicos, o que implicava em recortes específicos de temas e até permitia a união entre “história e fantasia”, conforme a advertência em *A terra fluminense*. O ensino de história por sua vez, estava fortemente comprometido, no seu viés mais tradicional, com um quadro temático congelado em uma cronologia que era apenas atualizada com a passagem do tempo e a ocorrência de novos eventos, e numa vertente mais crítica, com os pressupostos do conhecimento histórico que naquele momento procurava constituir-se em campos de conhecimento autônomo.<sup>25</sup>

Analisando as obras é possível perceber que essa subordinação da história aos princípios de uma educação moral e cívica acontece com pesos diferentes em cada uma. Em *A pátria Brasileira*, dentre as analisadas é a única que declara o seu propósito de educação moral e cívica na capa, os autores deixam claro na conclusão da obra que o seu “principal intuito é despertar nas jovens almas o amor da pátria.” Para isso eles narram episódios do passado brasileiro para que seus jovens leitores sintam orgulho de um suposto passado glorioso. No livro de Afrânio Peixoto, *Minha Terra e Minha Gente*, percebemos que o propósito central do autor é apresentar o estado em que se encontra o Brasil, como um conhecimento útil para as novas gerações. Para fazer as devidas considerações sobre a terra brasileira e o povo o autor dedica a segunda parte inteira do livro para narrar o passado da pátria. Já Rocha Pombo assume o compromisso com a educação moral e cívica diretamente nos quatro primeiros capítulos de sua obra,

---

<sup>25</sup> HANSEN, Patrícia. *Brasil um país novo*. Op. Cit. p. 141-142.

iniciando em seguida a narrativa histórica e se aproximando mais de um livro voltado para o ensino de história, mesmo assim, ele mantém em alguns aspectos o propósito moral e cívico de sua obra no decorrer da narrativa.

Embora essa subordinação se dê em níveis diferentes, não há como negar que as representações do passado nessas obras têm como foco principal formar o cidadão nos aspectos morais e cívicos. Para isso os autores recorrem a exemplos de atitudes e comportamentos de homens do passado que servem de ensinamento para os seus leitores. Vejamos como isso se dá com alguns personagens eleitos como heróis nacionais pelos autores. O que, afinal, os personagens do passado teriam a ensinar aos jovens das primeiras décadas do século XX?

Ao tratar da figura indígena de Cunhambebe, Olavo Bilac e Coelho Netto, descrevem como que esse chefe indígena auxiliou os franceses a ocuparem o Rio de Janeiro. Para fazer isso eles constroem uma narrativa na qual esse indígena, apesar de ter atrasado a colonização em parte do território, aparece como herói pelos seus princípios e atitudes.

O litoral sul do Brasil guarda, em cada uma das suas angras, uma recordação de Cunhambebe. O nome do herói, que atrasou a colonização desta parte do Brasil, merece, apesar disso, ser lembrado – porque Cunhambebe defendia com bravura os privilégios da sua raça, - e a bravura é sempre digna de admiração.<sup>26</sup>

A lição que os autores procuram ensinar com o exemplo de Cunhambebe é de que a bravura é um valor positivo dos heróis, principalmente quando ela é utilizada para defender os seus próximos. O sentimento de bravura aparece como um sentimento importante a ser despertado nas novas gerações em defesa de sua pátria. É por isso que os autores defendem que diferentes heróis deram o seu sangue na luta pela liberdade. O interessante no caso de Cunhambebe é que a bravura e todos os aspectos relacionados a esse personagem são projeções feitas pelos seus autores, em certa medida, Cunhambebe poderia até ser um personagem fictício, a veracidade histórica não é o mais importante para os autores, mas a possibilidade de transmitir determinados valores aos jovens a partir de personagens históricos.

Outro exemplo semelhante ocorre na construção que Rocha Pombo e Afrânio Peixoto fazem do personagem D. Pedro II em suas obras. Rocha Pombo trata do caráter do imperador em dois capítulos de sua obra, um no início de seu

---

<sup>26</sup> BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. p. 92-93.

governo e o outro no final de seu governo, ao tratar desse personagem, o autor de *Nossa Pátria* destaca os seguintes atributos positivos: bom senso, amor à pátria, sentimento de justiça, caridade aos necessitados, protetor das artes, amigo do povo e democrata. Já Afrânio Peixoto, que dedica uma parte de um de seus capítulos para tratar do governo e da personalidade de D. Pedro II, destaca os seguintes atributos: sábio, honesto, justo, liberal, honestidade e preocupado com a instrução. Os atributos destacados em D. Pedro II o colocam como um bom governante dentro da ótica dos autores, seria o motivo pelo qual a monarquia teria durado tanto tempo no Brasil. São valores e atitudes que deveriam ser seguidas pelos governantes da República e pelas novas gerações que eles pretendiam formar, são as virtudes cívicas que os cidadãos deveriam ter. Aparece em ambos os textos um distanciamento entre as características de D. Pedro II com a forma de governo monarquia. Importante ressaltar que os valores destacados na figura do monarca servem mais para o aprendizado cívico e justificar a tardia implantação da República do que para contextualizar o segundo império no Brasil.

Portanto, a conclusão que chegamos quanto a exemplaridade da história é que os exemplos de valores supostamente existentes em personagens do passado, são valores projetados pelos autores desses livros de leitura para servirem de exemplos de condutas morais e cívicas aos seus leitores, sendo assim, são valores anacrônicos. Não se busca nos livros de leitura acontecimentos ou ações históricas que possam se repetir no presente e no futuro, mas situações e personagens que são construídos para ensinar princípios e valores a serem seguidos pelos leitores. Assim, não há conflito em ser uma história que constrói uma noção de presente que se diferencia do passado e a concepção de que o passado pode, a partir de sua concepção pedagógica, orientar os homens no presente.